



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO AMPARO / MG
RUA JOSÉ COUTINHO - 39, CENTRO. CNPJ- 18.244.335/0001-10

DECRETO N. 1.348/2017

**DECRETO ESTADO DE CALAMIDADE FISCAL E CONTÁBIL
FINANCEIRA QUANTO AO ATO DE TRANSMISSÃO DE CARGO
E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

O Prefeito Municipal de Santo Antônio do Amparo, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Orgânica Municipal, e considerando:

- a) a transmissão de cargo ocorrida no dia 1º de janeiro de 2017;
- b) a não entrega da conciliação e extratos das contas bancárias de titularidade do Município de Santo Antônio do Amparo - MG;
- c) a responsabilidade fiscal, financeira e orçamentária do Prefeito Municipal à época quanto a consolidação bancária nos termos da Lei n. 4.320/64;
- d) a ausência de relatório contábil dos restos a pagar exercício de 2016 e relação de cheques em trânsito emitido até o dia 31 de dezembro de 2016;

Decreta:

Art. 1º. Fica autorizada e determinada a suspensão temporária de pagamentos dos cheques em trânsito de titularidade do município de Santo Antônio do Amparo, emitido até o dia 31 de janeiro de 2016, bem como a sustação bancária dos mesmos, até a certificação da legalidade da emissão e/ou liquidação dos empenhos.

Parágrafo único - Deverá a Secretaria Municipal da Fazenda apurar com transparência a legalidade as despesas e os atos relacionados aos cheques emitidos até o dia 31 de janeiro de 2016, após o que



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO AMPARO / MG
RUA JOSÉ COUTINHO - 39, CENTRO. CNPJ- 18.244.335/0001-10

dever-se-á processar os devidos pagamentos com as observâncias das normas legais aplicáveis ao caso de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira.

Art. 2°. Para apuração dos atos praticados pelo Prefeito Municipal, ora gestor dos exercícios de 2013/2016, fica autorizada, em sendo necessária, a contratação de empresa técnica especializada para realização de auditoria contábil, financeira, orçamentária, administrativa (licitação, contratos e convênios) e patrimonial nos termos da Lei n. 8.666/93.

Art. 3°. Fica convalidado e ratificado todos os atos praticados a partir do dia 1° de janeiro de 2017 no sentido de sustar e/ou suspender o pagamento dos cheques emitidos até o dia 31 de janeiro de 2016 que se encontrava em trânsito para compensação.

Art. 4°. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Santo Antônio do Amparo, 04 de janeiro de 2017.

Evandro Paiva Carrara
Prefeito Municipal